



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria do Tesouro Nacional  
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais  
Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras  
Intergovernamentais  
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Transferências Financeiras  
Intergovernamentais

Nota Técnica SEI nº 4176/2025/MF

Assunto: **Apuração do percentual de correção, para fins do cômputo da base do VAAT - Parágrafo único do art. 15 da Lei nº 14.113, de 2020. VAAT 2026.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O objetivo desta nota técnica é apresentar o valor apurado para o percentual da variação nominal das receitas totais integrantes dos Fundos de que trata o parágrafo único do art. 15 da Lei nº 14.113, de 2020.

## ANÁLISE

2. O dispositivo legal em análise estabelece que o percentual de correção deverá ser obtido pelo percentual da variação nominal das receitas totais integrantes dos Fundos, para o período de 24 meses, encerrado em junho do exercício anterior ao da transferência:

Lei nº 14.113, de 2020:

[...]

Art. 15. A distribuição da complementação da União, em determinado exercício financeiro, nos termos do Anexo desta Lei, considerará:

[...]

II - em relação à complementação-VAAT, no cálculo do VAAT e do VAAT-MIN: receitas dos Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, complementação da União, nos termos do inciso II do caput do art. 5º desta Lei e demais receitas e disponibilidades vinculadas à educação, nos termos do § 3º do art. 13 desta Lei realizadas no penúltimo exercício financeiro anterior ao de referência;

[...]

Parágrafo único. **Para fins de apuração do VAAT, os valores referidos no inciso II do caput deste artigo serão corrigidos pelo percentual da variação nominal das receitas totais integrantes dos Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, para o período de 24 (vinte e quatro) meses, encerrado em junho do exercício anterior ao da transferência. (g.n.)**

3. Para essa finalidade, as informações referentes aos recursos de distribuição do Governo Federal a estados, Distrito Federal e municípios foram extraídas diretamente do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), enquanto as informações mensais referentes à arrecadação efetiva dos impostos estaduais foram extraídas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), a que se referem os arts. 52 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF). Os estados, o Distrito Federal e os municípios são responsáveis pela exatidão e fidedignidade das informações prestadas no Siconfi.

4. Deve-se ressaltar que, em cumprimento ao dispositivo destacado acima, no período entre os meses de agosto a dezembro de 2022 foram incluídas no total de receitas do Fundeb as transferências decorrentes do auxílio financeiro aos estados e ao Distrito Federal decorrente da Emenda Constitucional nº

5. Ressalta-se ainda que o art. 6º da Lei Complementar nº 201/2023 reforça o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 194/2022 e determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão cumprir as vinculações constitucionais e legais relativas ao Fundeb no que se refere aos valores compensados por meio de abatimento de dívida ou transferência direta. Portanto, as receitas orçamentárias decorrentes das compensações previstas na lei compuseram a base de cálculo do percentual como receita orçamentária referente à compensação da perda de arrecadação do ICMS consoante Nota Técnica CCONF/STN nº 3149/2023/MF (45333560), de 30 de novembro de 2023, que trata de orientações acerca dos registros contábeis e dos impactos fiscais decorrentes da compensação das perdas de arrecadação do ICMS. As informações referentes às compensações provenientes de abatimentos de dívida efetivados pelos estados em 2025 foram obtidas por intermédio da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI).

6. Registre-se que o percentual da variação nominal das receitas totais integrantes dos Fundos, para o período de 24 (vinte e quatro) meses, encerrado em junho do exercício anterior ao da transferência, foi obtido a partir da comparação com os 12 meses imediatamente anteriores ao referido período (parágrafo único do art. 15 da Lei nº 14.113, de 2020). O percentual apurado, válido para o cálculo do VAAT 2026, foi de 23,22% (SEI nº 54920036).

## CONCLUSÃO

7. O percentual de correção de que trata o parágrafo único do art. 15 da Lei nº 14.113, de 2020, correspondente à variação nominal das receitas totais integrantes dos Fundos, para o período de 24 (vinte e quatro) meses, encerrado em junho do exercício anterior ao da transferência, a ser aplicado no cálculo do VAAT de 2026, é de 23,22% (planilha de cálculo - SEI nº 54920036).

## RECOMENDAÇÃO

8. Encaminhe-se a presente nota técnica ao FNDE.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

VICTOR CARVALHO CASTELO BRANCO

Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

RICARDO BOTELHO

Chefe de Projeto I da GERED

Documento assinado eletronicamente

VINÍCIUS CAMARGO ARAÚJO

Gerente da GERED

Documento assinado eletronicamente

YOHANA VALERIA ZAVATTIERO TOGNOLO

Coordenadora da COINT

Documento assinado eletronicamente

MARIANA MARRECO CERQUEIRA

Coordenadora-Geral da COINT

De acordo, encaminhe-se a presente nota técnica ao FNDE.

Documento assinado eletronicamente

SUZANA TEIXEIRA BRAGA

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Botelho, Chefe(a) de Projeto**, em 29/10/2025, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yohana Valeria Zavattiero Tognolo, Coordenador(a)**, em 29/10/2025, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Camargo Araujo, Gerente**, em 29/10/2025, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victor Carvalho Castelo Branco, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 29/10/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Marreco Cerqueira, Coordenador(a)-Geral**, em 29/10/2025, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Teixeira Braga, Subsecretário(a)**, em 29/10/2025, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **54145810** e o código CRC **17942602**.